

OF.GP.Nº 1.843 /13

Cuiabá, 30 de Setembro de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Vereador JOÃO EMANUEL MOREIRA LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá
Nesta

Senhor Presidente,

30 09 13
Pro Sumário 12:12

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência e Dignos Vereadores e Vereadora a **Mensagem nº 71 /2013** com o respectivo Projeto de Lei que **“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014”**, para a devida análise em caráter de urgência.

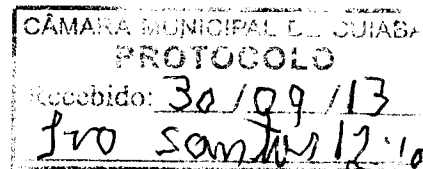
Na oportunidade apresentamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 71/2013

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssima Senhora Vereadora,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,**



Em obediência às normas constitucionais tenho a honra de submeter à apreciação dessa douta Casa Legislativa o Projeto de Lei que **“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014”**.

Nesses nove meses de administração eu e minha equipe de governo, estivemos à frente de desafios típicos de um Município que precisa urgentemente reestruturar e apressar o seu processo de desenvolvimento, não somente nas áreas de saúde e educação mas também nas políticas sociais universais e em setores vitais para o desenvolvimento sustentável.

O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014 está composto do texto da lei, da consolidação dos quadros orçamentários, da discriminação da Legislação, da receita e das despesas referentes aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos e Anexos.

A receita referente aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi estimada em conformidade com o art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), observando-se, dentre outros fatores, as normas técnicas e legais vigentes, os efeitos da inflação e o crescimento econômico projetado para o período.

A receita bruta total é estimada em R\$ 1.982.242.651,00 (Um bilhão, novecentos e oitenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e um reais) sendo que R\$ 87.597.756,00 (Oitenta e sete milhões, quinhentos e noventa e sete mil e setecentos e cinquenta e seis reais) são destinados à incentivos fiscais e para a contribuição para o FUNDEB, perfazendo uma receita líquida de R\$ 1.894.644.895,00 (Um bilhão, oitocentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e noventa e cinco reais), conforme demonstrativo a seguir:

A despesa fixada, de igual valor à receita líquida está alocada nas seguintes áreas de governo:

Função	Valor
LEGISLATIVA	34.302.000
ADMINISTRAÇÃO	132.095.125



Função	Valor
ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.676.125
PREVIDÊNCIA SOCIAL	101.849.016
SAÚDE	561.452.230
TRABALHO	23.827.920
EDUCAÇÃO	387.848.312
CULTURA	6.624.589
URBANISMO	356.584.781
HABITAÇÃO	28.471.237
SANEAMENTO	14.522.885
GESTÃO AMBIENTAL	58.074.039
COMUNICAÇÕES	15.000.000
TRANSPORTE	24.786.877
DESPORTO E LAZER	11.351.680
ENCARGOS ESPECIAIS	65.418.338
DEMAIS ÁREAS	5.496.223
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.263.518
Total	1.894.644.895

Cabe destacar a inclusão dos projetos especiais de construção do novo Pronto Socorro, de revitalização da região do Porto e do parque Tia Nair, de recuperação do Horto Florestal, de implantação do Parque das Águas e de implantação do projeto "Cidade Histórica".

Do montante das receitas de impostos e de transferências, R\$ 900.852.298,00, (novecentos milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e oito reais) de acordo com a Constituição Federal e legislação pertinente estão alocados R\$ 262.247.779,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e nove reais) para manutenção e desenvolvimento do ensino, incluindo a contribuição para o FUNDEB e R\$ 195.445.808,00 (cento e noventa e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oito reais) para a saúde, equivalendo a 29,1% e 21,7% das receitas de impostos e de transferências.

Quanto à participação popular para o levantamento das demandas prioritárias o processo do orçamento participativo ocorreu da seguinte forma:

- Na 1ª fase do Orçamento Participativo, a população elencou suas prioridades através de 23 reuniões realizadas nas micro-regiões do município de Cuiabá e elegeu 86 representantes para o acompanhamento dos pleitos;

PROJETO DE LEI Nº DE DE DE 2013.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.**

O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Cuiabá para o exercício financeiro de 2014:

I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, compreendendo seus Fundos e Órgãos, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, instituídas e mantidas pela Administração Pública;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as Secretarias e entidades da Administração Indireta, bem como os Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, cujas ações são relativas à saúde, previdência e assistência social;

III - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita total é estimada em R\$ 1.982.242.651,00 (um bilhão, novecentos e oitenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais), sendo que R\$ 87.597.756,00 (oitenta e sete milhões quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais) são deduções da receita, perfazendo uma receita líquida de R\$ 1.894.644.895,00 (um bilhão, oitocentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais), desdobrada nos seguintes orçamentos:

I - Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 1.378.679.430,00 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 503.353.097,00 (quinhentos e três milhões, trezentos e cinquenta e três mil e noventa e sete reais);

III - Orçamento de Investimento, no valor de R\$ 12.612.368,00 (doze milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e sessenta e oito reais).

§ 1º Incluem-se no total referido neste artigo os recursos próprios das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º O valor de R\$ 40.517.909,00 (quarenta milhões, quinhentos e dezessete mil, novecentos e nove reais), incorporado na receita total prevista no caput é definido como receita intra-orçamentária por tratar-se de operações entre órgãos integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

Art. 3º A Receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento:

1 - Receitas Correntes	1.677.635.766
11 - RECEITA TRIBUTÁRIA	489.205.032
12 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	92.265.912
13 - RECEITA PATRIMONIAL	38.383.313
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	7.704.315
17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	997.132.721
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.944.473
2 - Receitas de Capital	264.088.976
24 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	264.088.976
7 - Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	40.517.909
72 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.517.909
9 - Deduções da Receita Corrente	(87.597.756)
91 - Dedução da Receita Tributária	(1.747.398)
97 - Dedução para FUNDEB da Receita de Transferências Correntes	(85.850.358)
Total	1.894.644.895

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º A Despesa total, no mesmo valor da Receita Líquida, é fixada em R\$ 1.894.644.895,00 (um bilhão, oitocentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais), desdobrada nos seguintes orçamentos:

I - Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 1.177.201.390,00 (um bilhão, cento e setenta e sete milhões, duzentos e um mil, trezentos e noventa reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 704.831.137,00 (setecentos e quatro milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e trinta e sete reais);

III - Orçamento de Investimento, no valor de R\$ 12.612.368,00 (doze milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e sessenta e oito reais).

Art. 5º A Despesa fixada observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento:

I - da Despesa por categoria econômica e grupo:

Categoria / Grupo de Despesa	Valor
3 - Despesas Correntes	1.481.070.364
1 - Pessoal e Encargos Sociais	784.562.461
2 - Juros e Encargos da Dívida	30.941.820
3 - Outras Despesas Correntes	665.566.083
4 - Despesas de Capital	403.311.013
4 - Investimentos	383.166.495
5 - Inversões Financeiras	121.000
6 - Amortização da Dívida	20.023.518
9 - Reserva de Contingência	10.263.518
9 - Reserva de Contingência	10.263.518
Total	1.894.644.895

II - da despesa por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária:

Poder / Órgão / Unidade Orçamentária	Valor
Poder Legislativo	34.302.000
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ	34.302.000
01101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ	34.302.000
Poder Executivo	1.860.342.895
02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	12.050.723
02101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	10.140.206
02701 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANIÁRIO	1.910.517
03 - CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	4.009.953
03101 - CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	4.009.953
04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	28.841.371
04101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	28.080.371
04601 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	761.000
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO	144.194.794
06101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO	8.379.820
06202 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CUIABÁ	2.933.463
06301 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CUIABÁ	119.269.015
06501 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DA CAPITAL	12.612.368
06601 - FUNDO MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO	1.000.128
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	40.858.174
07101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	40.858.174

Poder / Órgão / Unidade Orçamentária	Valor
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	6.706.136
08101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	5.501.136
08601 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	1.205.000
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	368.114.849
09601 - FUNDO ÚNICO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	368.114.849
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO	56.676.125
11101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO	32.566.233
11601 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17.017.892
11602 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	3.534.000
11605 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	480.000
11606 - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE	486.000
11607 - FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS	2.592.000
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	6.624.589
12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	5.324.589
12601 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	1.300.000
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	25.617.800
13101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	5.611.958
13601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS	1.618.700
13602 - FUNDO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	18.387.142
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS	41.586.877
15101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS	31.468.715
15601 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS	10.118.162
16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	561.452.230
16601 - FUNDO ÚNICO MUNICIPAL DE SAÚDE	561.452.230
17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	16.668.825
17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	16.668.825

Poder / Órgão / Unidade Orçamentária	Valor
18 - OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	585.986
18101 - OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	585.986
19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CIDADANIA	11.881.477
19101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CIDADANIA	11.350.680
19601 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO MUNICIPAL	101.000
19602 - FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	429.797
20 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	4.097.038
20101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	4.097.038
21 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	49.275.933
21101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	49.275.933
22 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	6.101.793
22101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	5.701.797
22601 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	399.996
23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADES	28.471.237
23101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADES	3.632.619
23601 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	14.633.750
23602 - FUNDO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	10.204.868
24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS EM BRASÍLIA	698.001
24101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS EM BRASÍLIA	698.001
26 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	272.634.675
26101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	272.634.675
27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	79.324.859
27101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	55.727.859
27601 - FUNDO MUNICIIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	23.597.000
29 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DO MUNICÍPIO	83.605.932
29101 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SMGESTÃO	19.062.594
29102 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SM PLANEJAMENTO E FINANÇAS	378.000
29103 - RECUSROS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	64.165.338
39 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.263.518

56 09 13
pro som tos 12:10

Poder / Órgão / Unidade Orçamentária	Valor
39101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.263.518
Total	1.894.644.895

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado na forma do art.167, incisos V a VIII da Constituição federal e nos termos dos arts. 34 e 42 da Lei 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

I) até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes:

- do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- do excesso de arrecadação;
- da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º As Metas Fiscais, definidas na Lei nº 5.696, de 20 de agosto de 2013, em obediência a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estão compatibilizadas conforme demonstrado no quadro integrante do Anexo I desta Lei.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado incluir no Plano Plurianual 2014/2017 – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 os novos programas e ações (projetos/atividades) e respectivos produtos e metas aprovados nesta Lei:

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado alterar no Plano Plurianual 2014/2017 – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 o código e a nomenclatura dos programas e ações (projetos/atividades) mantendo-se a mesmo objetivo e produtos e metas:

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, de de 2013.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal

Gabinete do
PREFEITO



Praça Alencastro, 158 - Centro - 7º andar
Fone: (65) 3645-6029 - Cep 78 005-508
Cuiabá - Mato Grosso
gabinetedoprefeito@cuiaba.mt.gov.br
www.cuiaba.mt.gov.br